

Escolhas de políticas contábeis nas empresas de grande porte no Brasil

Denise Mendes da Silva (UFU e FEARP/USP) - denysemendes03@gmail.com

Vinícius Aversari Martins (USP-RP) - vinicius@usp.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho é identificar as escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação realizadas nas empresas de grande porte no Brasil no ano de 2010. Para isso são analisadas as escolhas de políticas contábeis passíveis de identificação pelas demonstrações contábeis das empresas de grande porte, referentes ao ano de 2010, período de adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC no Brasil, convergentes ao IFRS. A amostra dessa pesquisa é constituída pelas 100 maiores empresas do Brasil, de acordo com o ranking da Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2013. Tal amostra inclui companhias abertas e fechadas, o que favorece análises que possam trazer evidências sobre escolhas contábeis de empresas com diferentes exposições no mercado, ampliando o foco para além das empresas listadas, que tem sido alvo constante das pesquisas nessa temática. A principal contribuição deste trabalho é oferecer um diagnóstico das políticas contábeis utilizadas em empresas de grande porte no Brasil no ano da adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, o que revela, em abordagem descritiva, algumas características do processo de convergência contábil no Brasil. Como mostra esse diagnóstico, as políticas contábeis podem variar bastante de empresa para empresa, porém, não houve grandes variações entre as escolhas de políticas contábeis das empresas abertas, que são reguladas e fiscalizadas pela CVM, e as empresas fechadas. É possível observar, ainda, que a não divulgação de políticas contábeis foi ligeiramente superior nas empresas fechadas, mas há que se considerar que estas estão em maior número na amostra.

Palavras-chave: *Escolhas Contábeis. Políticas Contábeis. Características Institucionais.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Escolhas de políticas contábeis nas empresas de grande porte no Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar as escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação realizadas nas empresas de grande porte no Brasil no ano de 2010. Para isso são analisadas as escolhas de políticas contábeis passíveis de identificação pelas demonstrações contábeis das empresas de grande porte, referentes ao ano de 2010, período de adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC no Brasil, convergentes ao IFRS. A amostra dessa pesquisa é constituída pelas 100 maiores empresas do Brasil, de acordo com o *ranking* da Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2013. Tal amostra inclui companhias abertas e fechadas, o que favorece análises que possam trazer evidências sobre escolhas contábeis de empresas com diferentes exposições no mercado, ampliando o foco para além das empresas listadas, que tem sido alvo constante das pesquisas nessa temática. A principal contribuição deste trabalho é oferecer um diagnóstico das políticas contábeis utilizadas em empresas de grande porte no Brasil no ano da adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, o que revela, em abordagem descritiva, algumas características do processo de convergência contábil no Brasil. Como mostra esse diagnóstico, as políticas contábeis podem variar bastante de empresa para empresa, porém, não houve grandes variações entre as escolhas de políticas contábeis das empresas abertas, que são reguladas e fiscalizadas pela CVM, e as empresas fechadas. É possível observar, ainda, que a não divulgação de políticas contábeis foi ligeiramente superior nas empresas fechadas, mas há que se considerar que estas estão em maior número na amostra.

Palavras-chave: Escolhas Contábeis. Políticas Contábeis. Características Institucionais.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

A contabilidade é o instrumento que reduz a assimetria de informação e, em um cenário globalizado, competitivo e dinâmico, torna-se indispensável. As informações produzidas pela contabilidade são destinadas a diversos grupos de usuários com necessidades informacionais e interesses econômicos nem sempre coincidentes. Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Pronunciamento Conceitual Básico – R1), as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos – investidores, financiadores e outros credores.

Para reduzir a assimetria informacional entre os diversos usuários, a contabilidade segue normas emanadas dos órgãos normatizadores e reguladores. O *International Financial Reporting Standards* (IFRS) é o padrão contábil permitido ou requerido em mais de 130 países, inclusive no Brasil, por meio da emissão dos Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), convergentes a esse padrão internacional e ratificados por órgão reguladores brasileiros, tais como, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Apesar de ser um padrão contábil internacional, o IFRS possibilita a realização de escolhas de políticas contábeis, demandando mais julgamento na aplicação de suas normas, pois essas são flexíveis e oferecem mais de uma opção igualmente válida para registro de determinados eventos econômicos idênticos. Isso pode ocasionar diferenças na contabilidade das empresas adotantes do IFRS em um mesmo país ou entre países.

Nobes (2006) investigou os motivos para a existência de diferenças internacionais na contabilidade sob o IFRS e identificou oito fatores que contribuem para tais diferenças, entre estes, o que ele chama de *overt options* (opções evidentes) e *covert options* (opções ocultas). Nobes (2013) retoma a discussão, argumentando que as diferenças internacionais nos sistemas contábeis continuam sobrevivendo sob o IFRS, devido aos diferentes ambientes institucionais e às opções estratégicas (*overt e covert options*).

Nobes (2013) explica que uma opção é evidente se for claramente especificada como uma opção no IFRS, por exemplo, PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) ou custo médio na mensuração de estoques. As opções evidentes são facilmente observáveis nas demonstrações contábeis. No caso das opções ocultas, não existe, explicitamente, nenhuma escolha no IFRS, porém o grau de julgamento envolvido pode dar margem para as preferências dos preparadores das demonstrações financeiras, como, por exemplo, o reconhecimento do *leasing* com base na transferência substancial dos riscos e benefícios, sem critérios numéricos. As opções ocultas advêm de critérios vagos do IFRS, que possibilitam diferentes interpretações e julgamentos, e não são facilmente observáveis nas demonstrações contábeis.

No Brasil, o processo de convergência ao IFRS foi marcado por uma particularidade que o distingue dos demais países que decidiram utilizar esse padrão contábil internacional: a convergência foi feita em etapas, sendo a primeira etapa em 2008 e 2009, com a adoção parcial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, alinhados ao IFRS, e a segunda em 2010, com a adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos. Essa conjuntura, aliada ao cenário de crise financeira mundial, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, faz do Brasil um caso singular na adoção do IFRS, o que gera uma motivação para o desenvolvimento de estudos nesse contexto e pode oferecer contribuição relevante para a literatura.

O Brasil é um país de *code law* e a convergência contábil está atrelada à promulgação da Lei 11.638/2007, que também desencadeou a desvinculação da contabilidade dos aspectos puramente fiscais e tributários. Essa desvinculação foi concretizada, pelo menos em termos legais, com a Lei 11.941/2009 e Lei 12.973/2014. A Lei n. 11.638/2007 instituiu, também, a figura da sociedade de grande porte, independente da forma organizacional, obrigando a empresa enquadrada nessa situação a seguir as normas de escrituração e elaboração de demonstrações contábeis de acordo com a lei societária e submetê-las a auditoria independente por auditor registrado na CVM. Como o padrão contábil vigente no Brasil está unificado em torno dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, tais empresas devem seguir os mesmos critérios desses dispositivos.

Por exigência legal, inclusive de órgãos reguladores, como a CVM, no Brasil todas as empresas sujeitas à prestação pública de contas, entre elas, as empresas listadas em bolsa, foram obrigadas a divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas conforme o IFRS a partir de 2010, sendo permitida a divulgação antecipada a partir do exercício de 2007. Além disso, há uma forte recomendação, por parte do CPC, para que as empresas que não têm que apresentar demonstrações consolidadas e as companhias fechadas (empresas de grande porte) efetuem ajustes em sua contabilidade de modo que possam divulgar demonstrações contábeis conforme o IFRS.

Alguns pesquisadores investigaram a aderência das empresas brasileiras ao IFRS (FREIRE et al, 2012; SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014), os impactos da primeira etapa de adoção do IFRS no Brasil (NOGUEIRA JÚNIOR et al, 2012; SANTOS, 2012), assim como da adoção plena (DOMENICO; MAGRO; KLANN, 2014) e, também, as escolhas contábeis advindas do processo de convergência (COSTA; FREITAS, 2014; COSTA; SILVA; LAURENCEL, 2013; LORENCINI; COSTA, 2012; MURCIA et al, 2013). Contudo, esses trabalhos não examinam as múltiplas escolhas de políticas contábeis realizadas pelas empresas, além de tratar, exclusivamente, de empresas listadas.

Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a investigar a seguinte questão: Quais as escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação realizadas nas empresas de grande porte no Brasil no ano de 2010? Desse modo, o objetivo deste trabalho é identificar as escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação realizadas nas empresas de grande porte no Brasil no ano de 2010. Para isso são analisadas as escolhas de políticas contábeis passíveis de identificação pelas demonstrações contábeis das empresas de grande porte, referentes ao ano de 2010, período de adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC no Brasil, convergentes ao IFRS.

A amostra dessa pesquisa é constituída pelas 100 maiores empresas do Brasil, de acordo com o *ranking* da Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2013, último disponível na época de realização da pesquisa (abril/2015). Tal amostra inclui companhias abertas e fechadas, o que favorece análises que possam trazer evidências sobre escolhas contábeis de empresas com diferentes exposições no mercado, ampliando o foco para além das empresas listadas, que tem sido alvo constante das pesquisas nessa temática.

As escolhas de políticas contábeis analisadas são as efetuadas no ano de 2010, o qual abrange as alterações promovidas pela adoção ‘plena’ dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, convergentes ao IFRS e revela, portanto, possibilidades de estudar um maior número de escolhas contábeis no contexto brasileiro. Caso as empresas tenham modificado os critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação sob o IFRS após 2010, isto se configura como mudança de políticas e estimativas contábeis, o que não é alvo deste trabalho.

Nesse sentido, a principal contribuição deste trabalho é oferecer um diagnóstico das políticas contábeis utilizadas em empresas de grande porte no Brasil no ano da adoção plena dos Pronunciamentos Técnicos do CPC. Isso porque, as informações são coletadas individualmente nas demonstrações contábeis das empresas, permitindo-se identificar, em abordagem descritiva, algumas características do processo de convergência contábil no Brasil. Esse diagnóstico pode ser de substancial interesse para empresas, comunidade acadêmica, órgãos reguladores e para aqueles que ainda não adotaram o IFRS. Guerreiro, Rodrigues e Craig (2012) e Tsalavoutas, André e Evans (2012) enfatizam a necessidade de estudos mais aprofundados de um único cenário de adoção do IFRS. Ademais, Christensen, Lee e Walker (2007) mostram que os resultados da adoção do IFRS em uma economia fornecem informações úteis sobre políticas contábeis para outra jurisdição. Além disso, são estudadas as escolhas de políticas contábeis em empresas não listadas e fechadas, casos até então pouco explorados na literatura acerca dessa temática. Por fim, vale destacar a ausência de estudos dessa natureza no contexto brasileiro, o que concede originalidade à pesquisa.

2 Escolhas contábeis

A partir das definições de escolhas contábeis de Watts (1992) e Fields, Lys e Vincent (2001), amplamente difundidas na literatura, e em analogia aos estudos de Nobes (2006; 2013), escolhas contábeis, na concepção deste trabalho, são escolhas entre políticas contábeis explícitas no IFRS, igualmente válidas para tratar um mesmo evento econômico, relativas à mensuração, reconhecimento e evidenciação, que seguem, inclusive, a legislação contábil brasileira e são monitoradas pelos auditores externos. Essa definição limita o escopo do presente trabalho ao estudo das escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação, explícitas no IFRS, adotado no Brasil em 2008 e 2009, de forma parcial, e de forma ‘plena’ a partir de 2010.

Francis (2001) afirma que a definição de escolhas contábeis é importante porque coloca limites sobre o conjunto de tópicos ou fenômenos a serem estudados e que, assim como a ausência de uma definição consensual do objeto de estudo pode prejudicar a

investigação, o uso de uma definição ambígua ou excessivamente ampla pode levar a conflitos sobre o conteúdo estudado. Essa mesma autora alerta que a definição de escolhas contábeis dada por Fields, Lys e Vincent (2001) é intencionalmente ampla e engloba “qualquer decisão” cujo objetivo principal é influenciar (seja na forma ou substância) a saída (resultado, produto) do sistema contábil. Dessa forma, estão incluídas, nessa definição, escolhas de critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação, escolhas do momento de adoção de uma norma contábil, escolhas contábeis reais etc.

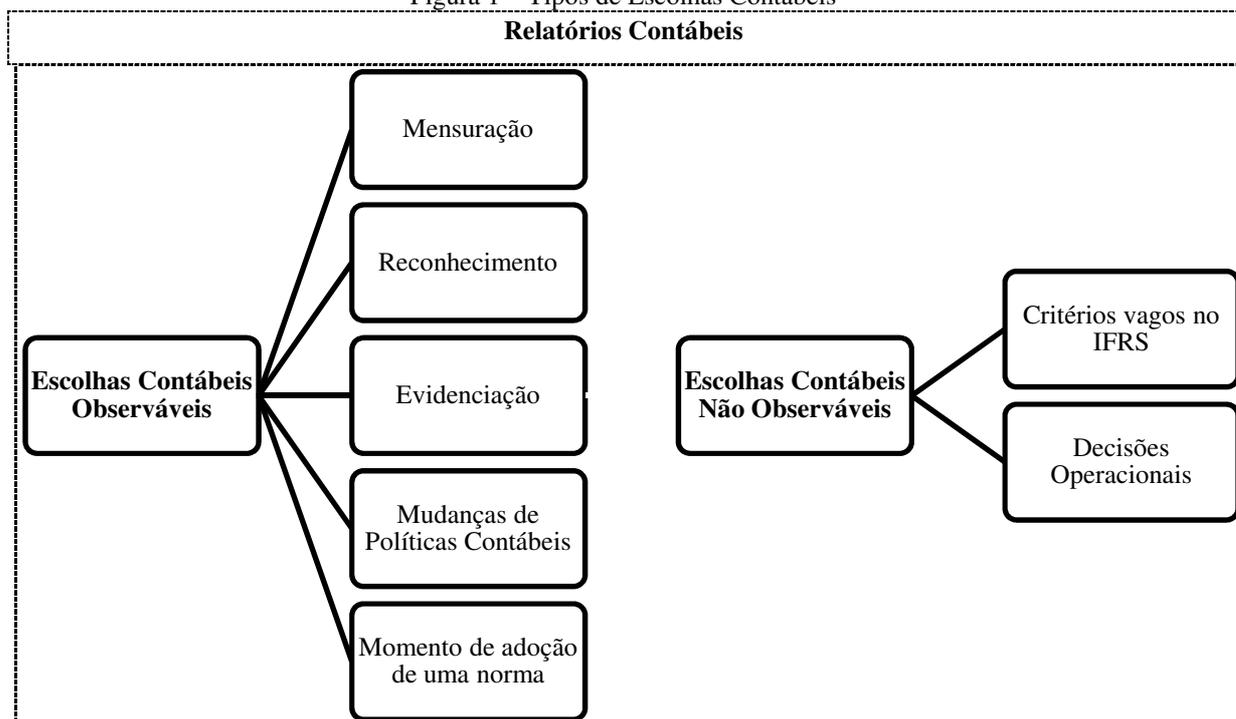
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), as demonstrações contábeis são uma representação estruturada que tem o objetivo de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade, que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. Também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, as entidades utilizam políticas contábeis que, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 23, são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas pela entidade. O entendimento desses dois conceitos (demonstrações contábeis e políticas contábeis) é essencial para a compreensão das escolhas contábeis, até mesmo porque a literatura se refere a termos como, escolhas de políticas contábeis, escolhas de práticas contábeis (ou de métodos, procedimentos), escolhas contábeis reais, ou, simplesmente, escolhas contábeis.

O Pronunciamento Técnico CPC 23 trata, também, da uniformidade das políticas contábeis aplicadas pelas entidades, bem como, dos critérios para mudanças nas políticas contábeis. Usualmente o conjunto de políticas contábeis disponível pode ser aquele sob os princípios contábeis geralmente aceitos (*Generally Accepted Accounting Principles – GAAP*). Contudo, as normas contábeis permitem opções de políticas contábeis, pois, conforme Scott (2009) é desejável dar aos gestores alguma flexibilidade para escolher um conjunto de políticas contábeis disponíveis para que possam adaptar-se às circunstâncias novas ou imprevistas. Consequentemente, a existência de critérios múltiplos nas normas contábeis possibilita aos administradores escolher alternativas válidas com o objetivo de apresentarem as informações desejadas.

Além das escolhas entre políticas contábeis igualmente válidas, relacionadas à mensuração, reconhecimento e evidenciação, que são objeto de estudo neste trabalho, pode haver escolhas contábeis nas mudanças de políticas e estimativas contábeis e ao momento de adoção de uma norma, todas essas, escolhas contábeis observáveis, ou seja, facilmente identificáveis pelas demonstrações contábeis. Também pode haver escolhas contábeis advindas de critérios vagos do IFRS e / ou de decisões operacionais, que não são observáveis, isto é, não são facilmente identificáveis nas demonstrações contábeis, conforme explicado na seção 1. Na Figura 1 são resumidos os sete tipos de escolhas contábeis mencionados.

Figura 1 – Tipos de Escolhas Contábeis



Fonte: elaboração própria

As escolhas de políticas contábeis analisadas neste trabalho são as constantes do instrumento de pesquisa apresentado na seção 3 e engloba mensuração, reconhecimento e evidenciação, como relatado anteriormente.

As escolhas contábeis de mensuração referem-se às escolhas de quais métodos utilizar para avaliar/mensurar determinado evento econômico.

As escolhas contábeis de reconhecimento estão relacionadas à forma de reconhecimento de determinado evento econômico, o que ocasionará impacto nas demonstrações contábeis, ou seja, alteração nos valores de resultados, fluxos de caixa e/ou de componentes patrimoniais. Isso é um importante diferencial entre as definições de escolhas contábeis de reconhecimento e de evidenciação (ou apresentação, classificação) adotadas neste trabalho. Por exemplo: a evidenciação do fluxo de caixa operacional pelo método direto ou indireto na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) não altera o montante do fluxo, porém, o reconhecimento dos juros pagos no fluxo de caixa operacional ou no fluxo de caixa de financiamento, altera o montante dos fluxos. Assim, considera-se, neste trabalho, que as escolhas de classificação, mencionadas por Francis (2001), são escolhas de reconhecimento.

As escolhas contábeis de evidenciação, para efeitos deste trabalho, envolvem as escolhas de como evidenciar a informação contábil. Escolhas de quantidade de informações divulgadas e escolhas de agregação de itens evidenciados, apontadas por Francis (2001), assim como, escolhas relacionadas à evidenciação de informações obrigatórias *versus* voluntárias, não são alvo de estudo neste trabalho.

3 Aspectos metodológicos

A amostra da pesquisa é constituída pelas 100 maiores empresas do Brasil de acordo com o *ranking* da Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2013, último disponível na época da pesquisa (abril/2015). O foco das análises está, portanto, nas empresas de grande porte. Essa amostra envolve empresas com diferentes características institucionais, ou seja, companhias abertas (registradas na CVM) e fechadas, listadas na BM&FBovespa e não

listadas, empresas de diferentes setores e estruturas de propriedade, privadas e estatais, com controle nacional ou estrangeiro etc. Tais características institucionais refletem a situação das empresas no ano de 2010.

No Brasil existe alta concentração acionária e predominância de empresas familiares. Assim, para efeitos deste estudo, no que tange à estrutura de propriedade, partiu-se da premissa que as companhias fechadas e as que são abertas, mas, não listadas, são concentradas. Com relação às companhias abertas e listadas, aquelas que têm a partir de 50% das ações ordinárias em posse de um único acionista, são consideradas concentradas, sendo as demais, consideradas como de propriedade dispersa.

As seguintes fontes de dados foram consultadas para a obtenção das demonstrações contábeis completas do ano de 2010, incluindo notas explicativas: (i) *sites* de relações com investidores das empresas da amostra; (ii) *site* do Jornal Valor Econômico; (iii) *site* JusBrasil, no qual podem ser consultados os Diários Oficiais dos Estados onde estão sediadas as empresas da amostra, na busca das demonstrações contábeis das companhias fechadas, principalmente; (iv) arquivo físico da Revista Exame Melhores e Maiores.

Para ter acesso ao arquivo físico, localizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, foi necessária uma autorização do professor que coordena o trabalho para a revista. Foram localizadas 66 demonstrações contábeis completas do ano de 2010 das empresas da amostra disponíveis em versões eletrônicas na *web*. As 10 demonstrações restantes, de companhias fechadas, não foram localizadas nas fontes públicas de dados consultadas. Assim, o acesso ao arquivo físico foi essencial para a conclusão da pesquisa. Importante mencionar que as 10 empresas publicam tais demonstrações nos diários oficiais de suas jurisdições, porém, as mesmas não foram localizadas nas versões *online* dos jornais, notadamente, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Foram pesquisadas as demonstrações contábeis consolidadas, sempre que disponíveis. As escolhas de políticas contábeis foram coletadas manualmente por meio de um *checklist* constando os 19 elementos descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Instrumento de coleta das escolhas de políticas contábeis

Empresa:			
Elemento	Escolha	Pág.	Obs.:
Escolhas contábeis de mensuração			
1. Imobilizado (adoção inicial)	Custo histórico		
	Custo atribuído		
2. PPI (adoção inicial)	Custo histórico		
	Custo atribuído		
3. Estoques	PEPS		
	Custo Médio		
Escolhas contábeis de reconhecimento			
4. Depreciação	Linear somente		
	Outros		
5. Ativo Diferido	Manter saldo		
	Baixar saldo		
6. Reserva de Reavaliação	Manter saldo		
	Baixar saldo		
7. Pagamentos do arrendamento mercantil operacional	Reconhecimento linear		
	Base sistemática		
8. Subvenções no Balanço Patrimonial	Receita Diferida (Passivo)		
	Dedução do Ativo		
9. Subvenções na DRE	Receita		
	Dedução dos gastos		
10. Juros pagos	FC Operacional		
	FC Financiamentos		

11. Dividendos e JSCP pagos	FC Operacional		
	FC Financiamentos		
12. Juros recebidos	FC Operacional		
	FC Investimento		
13. Dividendos e JSCP recebidos	FC Operacional		
	FC Investimento		
14. Ganhos / perdas atuariais	Integralmente no resultado		
	Outro		
15. Compra ou venda de ativos financeiros	Data de negociação		
	Data de liquidação		
Escolhas contábeis de evidenciação			
16. FCO	Método direto		
	Método indireto		
17. DRA	Na DMPL		
	Em relatório próprio		
18. ORA	Líquidos dos tributos		
	Antes dos tributos		
19. Controle conjunto	Consolidação proporcional		
	Equivalência patrimonial		

Fonte: elaboração própria. Notas: PPI: Propriedade para Investimento; PEPS: Primeiro a Entrar Primeiro a Sair; DRE: Demonstração de Resultado; FC: Fluxo de Caixa; JSCP: Juros sobre Capital Próprio; FCO: Fluxo de Caixa Operacional; DRA: Demonstração do Resultado Abrangente; DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; ORA: Outros Resultados Abrangentes.

As escolhas contábeis referentes ao Ativo Diferido e à Reserva de Reavaliação estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 13, que trata da adoção inicial da Lei 11.638/2007, que alterou a legislação societária brasileira (Lei 6.404/76), portanto, podem ter sido feitas no período de transição para as normas internacionais, ou seja, em 2008. Tais escolhas são permitidas para as demonstrações individuais, figuras inexistentes no IFRS. O Pronunciamento Técnico CPC 37 alerta para a ausência dessas duas contas nas demonstrações consolidadas, para conformidade plena com o IFRS em 2010.

No que tange ao reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, havia três opções válidas, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33: reconhecer integralmente no resultado, reconhecer integralmente no Patrimônio Líquido ou reconhecer no resultado pelo método do corredor, sendo que esta última foi extinta em 2013. A possibilidade de consolidação proporcional, prevista nos Pronunciamentos Técnicos CPC 18 e CPC 19, foi extinta no ano de 2012.

Outro ponto importante a ser destacado é que, embora o Pronunciamento Técnico CPC 26 permita a evidenciação das despesas na Demonstração de Resultado (DRE) por função ou por natureza, a legislação societária brasileira (artigo 187, inciso III da Lei 6.404/76) determina o uso do critério função, o que eliminou essa escolha da pesquisa.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva, para identificação das características institucionais das empresas da amostra e das escolhas de políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação efetuadas por elas.

4 Apresentação e análise dos resultados

Entre as 100 empresas da amostra, 23 são sociedades limitadas, as quais não publicaram demonstrações contábeis e foram, dessa forma, excluídas da amostra por inacessibilidade aos dados. A Itaipu Binacional também foi excluída da amostra, pois segue normas contábeis específicas do seu regulador, do Brasil e do Paraguai, não se enquadrando nas escolhas contábeis advindas do processo de convergência ao IFRS, conforme as demais empresas analisadas. Das 76 empresas restantes, 35 são companhias abertas e 41 são

companhias fechadas. Uma visão das características institucionais das empresas da amostra pode ser obtida na Tabela 1.

Tabela 1 – Características institucionais das empresas da amostra

Característica	Quantidade empresas	Percentual da amostra
Aberta	35	46%
Fechada	41	54%
Listada	31	41%
Não listada	45	59%
Privada	66	87%
Estatal	10	13%
Controle brasileiro	47	62%
Outro controle	29	38%
Propriedade concentrada	66	87%
Propriedade dispersa	10	13%
Auditoria		
EY	18	24%
PwC	17	22%
KPMG	17	22%
Delloite	17	22%
BDO	2	3%
Nardon Nasi	1	1%
Não divulgou	2	3%
Não auditada	2	3%
Setor		
Energia	13	17%
Bens de Consumo	9	12%
Telecomunicações	8	11%
Química e Petroquímica	7	9%
Varejo	7	9%
Siderurgia e Metalurgia	6	8%
Transporte	4	5%
Serviços	4	5%
Atacado	4	5%
Autoindústria	3	4%
Indústria da Construção	3	4%
Produção Agropecuária	2	3%
Mineração	2	3%
Outros	4	5%
Setor regulado		
Sim	24	32%
Não	52	68%
Divulgação antecipada em IFRS		
Sim	10	13%
Não	66	87%

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa

É possível constatar, observando-se a Tabela 1, que a maior parte das grandes empresas do Brasil não tem seus títulos negociados no mercado acionário e está em posse de poucos investidores nacionais privados. As grandes empresas são auditadas, em sua quase totalidade, por uma das *Big Four* e, a maioria, não pertence a setor econômico com regulação específica.

Das 76 empresas estudadas, 10 empresas, sendo 7 abertas e 3 fechadas, adotaram o IFRS de forma antecipada, ou seja, divulgaram demonstrações contábeis em conformidade com o IFRS antes de 2010, o que caracteriza uma escolha contábil quanto ao momento de adoção de uma norma, denotando desejo ou necessidade de alinhamento ao padrão contábil internacional.

A coleta das escolhas contábeis nas 76 demonstrações localizadas permitiu chegar aos resultados constantes na Tabela 2.

Tabela 2 – Escolhas de políticas contábeis efetuadas pelas empresas

Elemento	Escolha	Quantidade de empresas		
		Abertas	Fechadas	Total
1 Imobilizado	custo atribuído	7	6	13
	custo histórico	24	33	57
	não aplicável	4	2	6
2 PPI	custo histórico	---	2	2
	não aplicável	35	39	74
3 Estoques	custo médio	32	34	66
	PEPS	1	---	1
	outro	---	1	1
	não aplicável	1	4	5
	não divulgado	1	2	3
4 Depreciação	linear	28	37	65
	outros	3	2	5
	não aplicável	4	2	6
5 Diferido	baixar	12	16	28
	manter	5	6	11
	não aplicável	15	10	25
	não divulgado	3	9	12
6 Reavaliação	baixar	1	4	5
	manter	8	7	15
	não aplicável	25	27	52
	não divulgado	1	3	4
7 Arrendamento	base sistemática	1	2	3
	linear	20	14	34
	não aplicável	11	22	33
	não divulgado	3	3	6
8 Subvenções Balanço Patrimonial	receita diferida (passivo)	8	3	11
	não aplicável	25	36	61
	não divulgado	2	2	4
9 Subvenções DRE	dedução dos gastos	4	---	4
	receita	7	6	13
	não aplicável	21	34	55
	não divulgado	3	1	4
10 Juros Pagos	financiamento	8	17	25
	operacional	27	24	51
11 Dividendos e JSCP pagos	financiamento	32	31	63
	não divulgado	3	10	13
12 Juros Recebidos	financiamento	---	1	1
	investimento	1	4	5
	operacional	34	35	69
	não aplicável	---	1	1
13 Dividendos e JSCP recebidos	investimento	11	10	21
	operacional	9	6	15
	não aplicável	7	12	19
	não divulgado	8	13	21
14 Ganhos e perdas atuariais	corredor	10	6	16
	PL	9	4	13

	resultado	5	3	8
	não aplicável	11	26	37
	não divulgado	---	2	2
	data de negociação	25	24	49
15	Compras de ativos financeiros			
	não aplicável	3	9	12
	não divulgado	7	8	15
16	FCO			
	direto	---	2	2
	indireto	35	39	74
17	DRA			
	na DMPL	3	3	6
	em relatório próprio	22	18	40
	não aplicável	10	6	16
	não divulgado	---	14	14
18	ORA			
	antes dos tributos	7	5	12
	líquido dos tributos	15	15	30
	não aplicável	13	7	20
	não divulgado	---	14	14
19	Controle conjunto			
	consolidação proporcional	17	7	24
	não aplicável	17	31	48
	não divulgado	1	3	4

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: PPI: Propriedade para Investimento; PEPS: Primeiro a Entrar Primeiro a Sair; DRE: Demonstração de Resultado; FC: Fluxo de Caixa; JSCP: Juros sobre Capital Próprio; FCO: Fluxo de Caixa Operacional; DRA: Demonstração do Resultado Abrangente; DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; ORA: Outros Resultados Abrangentes.

Pela Tabela 2 é possível verificar que algumas alternativas não são escolhidas pelas empresas, tais como, o reconhecimento das subvenções no Balanço Patrimonial como dedução do Ativo, o reconhecimento dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no fluxo de caixa operacional, o reconhecimento da compra ou venda de ativos financeiros na data da liquidação e a evidenciação do controle conjunto pela equivalência patrimonial. Tal verificação leva a supor que uma alteração nas normas correspondentes às referidas escolhas não afetaria a flexibilidade das empresas analisadas na contabilização dos eventos econômicos correlatos. Contudo, sabe-se que a consolidação proporcional foi extinta em 2012, ocasionando a necessidade de adaptação da contabilidade das empresas para a evidenciação do controle conjunto pelo método da equivalência patrimonial. A mesma adaptação se fez necessária quando da eliminação da possibilidade de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais no resultado pelo método do corredor, em 2013, que foi escolhido pela maioria das empresas com esse tipo de evento, de acordo com a Tabela 2.

Outras opções foram escolhidas por poucas empresas, tais como, o reconhecimento dos pagamentos do arrendamento mercantil operacional em bases sistemáticas e a evidenciação do fluxo de caixa operacional pelo método direto. Uma possível explicação para a preferência pelo reconhecimento linear dos pagamentos do arrendamento mercantil operacional é o fato deste representar melhor o padrão temporal do benefício obtido pelas empresas em tal transação. No que se refere à baixa utilização do método direto para evidenciação do fluxo de caixa operacional, a explicação pode estar relacionada à obrigatoriedade de apresentação da conciliação do lucro líquido em nota explicativa caso seja empregado o método direto, a qual já é atendida na própria Demonstração dos Fluxos de Caixa se for utilizado o método indireto. A evidenciação do fluxo de caixa operacional pelo método indireto também foi predominante em uma amostra de empresas listadas nas bolsas de São Paulo, Frankfurt, Londres e Milão, como apontou o estudo de Scherer et al. (2012).

Ainda no tocante à DFC, nas empresas também podem ser feitas escolhas no reconhecimento (classificação) dos juros, dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

pagos e recebidos. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), nas empresas não financeiras, os juros, dividendos e JSCP pagos podem ser classificados no fluxo de caixa operacional ou de financiamento, e os juros, dividendos e JSCP recebidos podem ser classificados no fluxo de caixa operacional ou de investimento (lembrando que, para efeitos deste estudo, foi adotado o termo reconhecimento para esses itens, visto que eles alteram o montante dos fluxos). Desse modo, podem ser observadas escolhas distintas entre as empresas da amostra.

Embora os juros pagos possam ser considerados elementos atrelados à estrutura de financiamento da empresa, eles passam pelo resultado (DRE) e, talvez, isso possa justificar o fato de 51 empresas da amostra terem reconhecido os juros pagos no fluxo de caixa operacional. Os juros recebidos também foram reconhecidos de forma dominante no fluxo de caixa operacional. Já os dividendos e JSCP pagos foram reconhecidos somente no fluxo de caixa de financiamento e os dividendos e JSCP recebidos aparecem de forma equilibrada entre os fluxos operacional e de investimento, sendo que este último foi escolhido pela maioria das empresas. Esses resultados vão ao encontro dos obtidos por Scherer et al. (2012) com relação à amostra de empresas listadas na BM&FBovespa que analisaram.

Relevante mencionar que essas escolhas não estão atreladas apenas às normas ou à forma das demonstrações (DRE, por exemplo), tendo em vista que o fluxo de caixa operacional é um importante indicativo da situação financeira da empresa (GORDON et al., 2013). Na pesquisa de Gordon et al. (2013) foram analisadas empresas não financeiras de 13 países europeus que adotaram o IFRS a partir de 2005 e os resultados indicaram que situação financeira das empresas, incentivos do mercado de capitais e situação de endividamento apresentaram relação com escolhas de reconhecimento que aumentam o fluxo de caixa operacional.

Algumas curiosidades encontradas na DFC: a Amil Assistência Médica classificou juros recebidos no fluxo de caixa de financiamento, mesmo não havendo essa opção nas normas, e escolheu evidenciar o fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método direto, assim como a Tam Linhas Aéreas.

Com relação à mensuração dos estoques, foi possível verificar que apenas empresas com atividades específicas, como a Copersucar S.A., que mensura os estoques “a mercado” e a Comgás, que utiliza o método PEPS para mensurar os estoques de gás, não escolheram o custo médio como critério. Nesse sentido é importante destacar que tanto as normas do IFRS como do CPC possuem o critério de identificação específica dos custos individuais como sendo um critério de mensuração de estoques adequado para itens que sejam segregados para um projeto específico, independentemente de eles terem sido comprados ou produzidos. A identificação específica do custo significa que são atribuídos custos específicos a itens identificados do estoque. Fora dessa circunstância, os critérios de avaliação de estoques que devem ser utilizados são o PEPS ou o custo médio.

Há, ainda, predomínio absoluto do critério de depreciação linear nas empresas pesquisadas. Com relação à depreciação vale mencionar que deve ser escolhido o critério que melhor reflita o consumo de benefícios econômicos dos ativos. Também existe a possibilidade de se calcular a depreciação por componentes específicos, ou seja, a depreciação da fuselagem de uma aeronave pode ser diferente da depreciação de sua turbina. Isso não foi avaliado neste estudo, porém pode ser interessante verificar, em pesquisas futuras, se as empresas divulgam em suas notas explicativas a utilização da depreciação por componentes específicos.

Possíveis explicações para essas duas escolhas (custo médio na mensuração de estoques e reconhecimento linear da depreciação) podem estar atreladas à preferência das empresas pela manutenção das políticas contábeis existentes antes da adoção do IFRS e CPC (manutenção do *status quo*), bastante influenciadas pela vinculação da contabilidade com a

legislação fiscal, principalmente nesses dois eventos. Estes já eram critérios válidos antes da convergência e continuam como opções dentro do IFRS. Assim, fatores como insegurança e despreparo, por exemplo, podem induzir os gestores à manutenção do *status quo* em relação às políticas contábeis.

A justificativa divulgada pelas empresas para a não utilização do custo atribuído para mensuração do imobilizado e das propriedades para investimento na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, conforme Pronunciamento Técnico CPC 37, é que o custo histórico representa a melhor avaliação desses ativos ou os valores contábeis pelos quais estão registrados tais ativos não são substancialmente diferentes dos respectivos valores justos. Somente 13 empresas (17%) da amostra utilizaram o custo atribuído, conforme exposto na Tabela 2. Apenas duas empresas da amostra possuem propriedades para investimento, as quais foram mensuradas pelo custo histórico.

Costa e Freitas (2014) demonstraram que 100 das 262 empresas listadas que analisaram (38%) escolheram o custo atribuído para mensuração do imobilizado e das propriedades para investimento na adoção inicial do IFRS no Brasil. Os autores esclarecem que empresas maiores, mais rentáveis e com ativos imobilizados significativos perante o total dos ativos são mais propensas a escolher o custo atribuído e que, assim, medidas adotadas por órgãos reguladores para incentivar a divulgação de informações ao mercado, por exemplo, devem levar em conta que essas características podem influenciar os resultados dessas iniciativas.

Na Tabela 2, o termo “não aplicável” significa que a empresa não utiliza determinada política contábil, pela ausência do evento. Em várias demonstrações não há a divulgação de todas as políticas contábeis escolhidas. Pode-se depreender que a não divulgação também seja uma escolha da empresa, ou ainda, como foi o primeiro ano da adoção plena das normas internacionais para a maioria das empresas, que elas estavam em processo de aprendizagem acerca das novas exigências de divulgação. Contudo, isso deixa dúvidas sobre a qualidade da informação contábil divulgada pelas empresas de grande porte no Brasil.

Nesse sentido, a apresentação da DRA merece comentários. Como pode ser visto na Tabela 2 (item 17), 16 empresas não apresentaram a DRA, pois, não tinham resultado abrangente. Contudo, 4 empresas apresentaram a DRA repetindo o resultado do período, sem constar resultado abrangente, o que faz com que o item 19 da Tabela 2 mostre 20 empresas sem resultado abrangente. É predominante a evidenciação da DRA em relatório próprio, com resultado abrangente líquido dos tributos.

Durante o processo de coleta de dados surgiu a necessidade de recorrer a demonstrações de anos anteriores de algumas empresas, para identificar as escolhas relativas à manutenção ou baixa dos saldos do Ativo Diferido e da Reserva de Reavaliação, pois essas escolhas foram feitas no ano de 2008, a partir da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 13. Como descrito na seção 3, o CPC 13 trata da adoção da Lei 11.638/07 (lei que altera a legislação societária brasileira) e se refere às demonstrações contábeis individuais, que não são abarcadas pelo IFRS.

No que tange à manutenção ou baixa dos saldos do Ativo Diferido, algumas empresas reafirmaram em 2010 as escolhas feitas em 2008, possibilitando a coleta da informação nas demonstrações do próprio ano de 2010. Houve, ainda, empresas que em 2008 tinham escolhido manter o saldo do Ativo Diferido e em 2010 optaram por baixá-lo, no intuito de evitar diferenças entre as demonstrações individuais (que seguem a legislação societária brasileira) e as demonstrações consolidadas, que seguem o IFRS e os Pronunciamentos Técnicos do CPC.

A maioria das empresas que tinha saldo de Ativo Diferido escolheu baixá-lo, o que pode ser um indício de alinhamento do balanço individual com o consolidado. Esse resultado difere do encontrado por Lorencini e Costa (2012), que pesquisaram uma amostra de 144

demonstrações consolidadas de empresas listadas na BM&FBovespa, indicando que pode haver outras motivações para essa escolha contábil, tais como, o tamanho do saldo do Ativo Diferido e o nível de Governança Corporativa das empresas, fatores identificados pelos autores. O período investigado também pode influenciar esse resultado, especificamente, pois Lorencini e Costa (2012) estudaram o ano de 2008 e, como já mencionado, as empresas podem ter mudado a política contábil em 2010.

No caso da Reserva de Reavaliação, a maioria das empresas com saldo nessa conta escolheu mantê-lo e amortizá-lo conforme sua realização, tendo em vista que novas reavaliações não são permitidas no Brasil, o que corrobora os achados de Murcia et. al (2013), que pesquisaram, também, uma amostra de empresas listadas.

Como mostra esse diagnóstico, as políticas contábeis podem variar bastante de empresa para empresa, porém, não houve grandes variações entre as escolhas de políticas contábeis das empresas abertas, que são reguladas e fiscalizadas pela CVM, e as empresas fechadas. É possível observar, ainda, que a não divulgação de políticas contábeis foi ligeiramente superior nas empresas fechadas, mas há que se considerar que estas estão em maior número na amostra.

As normas contábeis oferecem flexibilidade para as empresas realizarem escolhas contábeis de modo que possam representar fidedignamente sua situação econômico-financeira por meio das demonstrações contábeis. Essa flexibilidade é necessária, pois o ambiente de divulgação é dinâmico e varia de acordo com o desenvolvimento dos mercados e os sistemas legais, tributários e regulatórios, aspectos que inviabilizam ou impossibilitam a existência de normas contábeis totalmente uniformes. O período de adoção do IFRS caracteriza uma mudança institucional, exigindo muito mais julgamento por parte dos aplicadores desse padrão contábil internacional, visto que suas normas são baseadas em princípios e não em regras específicas.

5 Considerações finais

A realização dessa pesquisa permitiu a identificação de múltiplas escolhas de políticas contábeis relativas à mensuração, reconhecimento e evidenciação de 76 empresas de grande porte no ano da adoção plena do IFRS no Brasil.

As empresas aqui analisadas, embora estejam no mesmo ambiente de divulgação (Brasil), possuem características institucionais distintas, o que pode levá-las, também, a utilizarem diferentes políticas contábeis. Uma característica marcante é a maior exposição das empresas listadas no mercado, que, por sua própria natureza, tem suas demonstrações contábeis amplamente divulgadas, são seguidas por analistas e fiscalizadas pela CVM. Por outro lado, as empresas não listadas, embora também sejam obrigadas por lei a publicarem suas demonstrações contábeis, não tem um órgão que as fiscalize, ficando a cargo do Conselho Federal de Contabilidade, por meio dos conselhos regionais de contabilidade, prezarem pelo bom exercício da profissão contábil. A expectativa é que as empresas não infrinjam as normas e ofereçam aos usuários, demonstrações contábeis de alta qualidade, objetivo maior do IFRS.

Durante a pesquisa, foi identificada outra escolha contábil passível de investigação, não tratada neste estudo: a revisão das taxas de depreciação pelas empresas no ano de 2010. Muitas empresas declararam ter revisto as vidas úteis de seus bens depreciables, o que impacta diretamente as taxas de depreciação. Outras declararam não haver necessidade para tal revisão. Em uma amostra com predominância do método de depreciação linear e com pouco uso do custo atribuído na adoção inicial do IFRS, a escolha de novas taxas de depreciação passa a ser relevante, pois não isenta o Imobilizado de impactos derivados da adoção das novas normas, sendo este um ponto a ser investigado na continuidade do estudo.

Os estudos sobre escolhas contábeis (COSTA; SILVA; LAURENCEL, 2013; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; MARTINEZ; MARTINEZ; DIAZARAQUE, 2011; STADLER; NOBES, 2014) buscam entender suas motivações e consequências econômicas, sendo este, também, um objetivo para pesquisas futuras. Adicionalmente, podem ser confrontadas algumas características institucionais das empresas com suas escolhas contábeis, no intuito de verificar se existe associação entre essas variáveis.

A principal limitação do presente trabalho diz respeito à impossibilidade de generalização dos seus resultados, pois, não foi empregada técnica de análise estatística que permita inferência dos resultados, estando estes limitados à amostra pesquisada. Contudo, isso não diminui o mérito do trabalho, tendo em vista que investigou grandes empresas brasileiras, ainda pouco exploradas com relação às suas escolhas de políticas contábeis.

Referências

CHRISTENSEN, H. B.; LEE, E.; WALKER, M. Cross-sectional variation in the economic consequences of international accounting harmonization: The case of mandatory IFRS adoption in the UK. **The International Journal of Accounting**, v. 42, p. 341-179, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnicos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 10 dez. 2014.

COSTA, F. M.; FREITAS, K. C. Escolhas contábeis na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil: direcionadores da aplicação do custo atribuído para ativos imobilizados. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3. p. 38-56, 2014.

COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 18, p. 25-36, 2013.

DOMENICO, D. D.; MAGRO, C. B. D.; KLAN, R. C. Impactos da adoção das normas contábeis internacionais completas (full-IFRS) nos indicadores econômico-financeiros de empresas listadas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 8, n. 1, p. 52-70, 2014.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

FRANCIS, J. Discussion of empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 309-319, 2001.

FREIRE, M. D. M. et al. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012.

GORDON, E. A. et al. Flexibility in Cash Flow Reporting Classification Choices under IFRS. **Working Paper**, 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2439383>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GUERREIRO, M. S.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, p. 482-499, 2012.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, v. 23, n. 58, p. 52-64, jan./abr.2012.

MARTÍNEZ, J. A.; MARTÍNEZ, F. G.; DIAZARAQUE, J. M. M. Optional accounting criteria under IFRSs and corporate characteristics: evidence from Spain. **Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review**, vol. 14, n. 1, p. 59-85, 2011.

MURCIA, F. D. et al. Realização ou estorno da reserva de reavaliação: fatores determinantes da escolha das companhias abertas no Brasil após o advento da Lei 11.638/07. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 1, p. 112-133, 2013.

NOBES, C. The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. **Accounting and Business Research**, v. 36, n. 3, p. 233-245, 2006.

_____. The continued survival of international differences under IFRS. **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013.

NOGUEIRA JÚNIOR, E. et al. Início da adoção das IFRS no Brasil: os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 47-74, 2012.

SANTOS, E. S. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPs de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 23-43, 2012.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory**. 5^a ed. Pearson Prentice Hall, 2009.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, p. 37-51, 2012.

STADLER, C.; NOBES, C. W. The Influence of Country, Industry, and Topic Factors on IFRS Policy Choice. **Abacus**, v. 50, n. 4, p. 386–421, 2014.

TSALAVOUTAS, I.; ANDRÉ, P.; EVANS, L. The transition to IFRS and the value relevance of financial statements in Greece. **The British Accounting Review**, v. 44, p. 262-277, 2012.

WATTS, R. L. Accounting Choice Theory and Market-Based Research in Accounting. **British Accounting Review**, v. 24, p. 235-267, 1992.